
A IDENTIDADE CULTURAL PORTUGUESA: UM PATRIOTISMO ABERTO À UNIVERSALIDADE

Conferência Inaugural proferida pelo autor na Sessão Solene de Abertura do Curso de Defesa Nacional 1994, que teve lugar no IDN em Lisboa em 10 de Novembro de 1993.

Augusto Seabra

A IDENTIDADE CULTURAL PORTUGUESA: UM PATRIOTISMO ABERTO À UNIVERSALIDADE

Num país independente e livre como é o nosso, com uma comunidade nacional historicamente enraizada e civilizacionalmente aberta, o papel das instituições cívicas, educativas e culturais é fundamental para o reforço permanente do Estado democrático e a renovação constante de uma sociedade civil plural. Elas são, na verdade, ao mesmo tempo, a ossatura vertebral e o sistema de irrigação sanguínea da vida pública e privada, contribuindo decisivamente para a unidade na diversidade de um povo que, na sua composição regional heterogénea, no seu tecido social complexo, no seu mosaico antropológico denso e na sua diáspora dispersa, soube sempre equilibrar a sua existência colectiva e individual à volta de valores comuns, que transcendem os circunstancialismos e os particularismos, através de uma consciência patriótica de horizonte universalista.

O Instituto da Defesa Nacional tem sido, sem dúvida, no Portugal saído do 25 de Abril, um dos mais lídimos promotores desse espírito institucional, tendo prestado relevantes serviços à consolidação da nossa identidade, ao promover a afirmação do primeiro dever de todo o cidadão digno desse nome: a preservação da independência e da integridade da nação portuguesa, a todos os níveis da sua manifestação, num contexto interno e externo difícil e instável, cujas incertezas hoje se acumulam. Por termos participado, desde há vários anos, nestes cursos anuais, em que altos funcionários do Estado e das autarquias locais, ao lado de representantes das organizações sócio-profissionais, recebem uma formação sólida nos múltiplos domínios da problemática ligada à Defesa Nacional, que cabe tanto à instituição militar como às instituições civis e espirituais, numa sintonia e sinergia de esforços, podemos testemunhar da alta qualidade e do largo alcance desta missão levada a cabo com a colaboração dos melhores especialistas das grandes questões que interessam ao presente e ao futuro do nosso país e da nossa democracia, debatidas com liberdade e empenhamento patriótico.

É por isso para nós uma subida honra termos sido convidados a pronunciar este ano, na presença dos mais altos magistrados e dos representantes dos vários poderes do Estado, bem como de importantes instituições nacionais, esta lição inaugural, o que fazemos dentro daquele espírito de serviço com que o Instituto da Defesa Nacional pode sempre contar da parte de quem se quer, acima de tudo, um cidadão dialogando com outros concidadãos. Parafraseando Camões, aqui só

*«Vereis amor da pátria, não movido
Do prémio vil, mas alto e quase eterno.»*

O tema de que trataremos hoje foi já por nós abordado, recorrentemente e de forma sistemática, em vários seminários deste Instituto, constituindo um elemento central do seu programa. Ele situa-se, com efeito, no âmbito de uma questão que, por toda a parte, retorna e emerge como uma das mais candentes do nosso tempo: a reivindicação, e mesmo a explosão, das identidades culturais, neste fim de século e de milénio em que a planetarização se aproxima do seu auge, através dos meios científicos e tecnológicos que permitem uma informação e uma comunicação universais e quase instantâneas, de que se esperaria que resultasse um melhor conhecimento e respeito mútuo dos povos, mas de que tem sido concomitante a ressurgência dos conflitos étnicos, religiosos, linguísticos e outros, sob a forma da intolerância, do fanatismo, da xenofobia, tomando com os nacionalismos estreitos e agressivos uma das suas expressões mais perigosas, no momento em que se julgava que o processo de democratização e de generalização dos direitos humanos era irreversível, sobretudo após a queda do totalitarismo comunista a Leste.

Como poderá um país como o nosso, carregado de história e de civilização, mas sujeito durante séculos a uma longa decadência, de que só pouco a pouco vai hoje recuperando, preservar neste contexto, de modo equilibrado, a sua identidade cultural, assumindo um patriotismo saudável, alheio a qualquer tipo de nacionalismo xenófobo, para partilhar o seu destino não só com os povos seus irmãos em língua mas com todos os outros povos, a começar pelos europeus, de cuja Comunidade faz agora parte, numa União Política e Económica? Numa palavra: com afirmar hoje, sem complexos, uma vocação que fez de Portugal um dos mais antigos Estados independentes da Europa, com uma personalidade muito marcada — na língua, na cultura, na sensibilidade, no comportamento —, e também um dos primeiros a estabelecer relações intercontinentais com outras civilizações, contribuindo de

modo determinante para a «unificação da Humanidade», na expressão lapidar de Jaime Cortesão? Cremos que a resposta está no que este grande historiador, que estudou detidamente os «factores democráticos da formação de Portugal» e depois a gesta dos Descobrimentos, chamou o «humanismo universalista dos Portugueses».

Esse humanismo universalista ultrapassou, em nossa opinião, a sua versão clássica, para assumir, da modernidade à contemporaneidade, uma das formas mais actuais do que Edgar Morin chama um humanismo «multidimensional, planetário e antropológico», no seu livro recente *Terra-Pátria*, fazendo dele o fundamento de uma política do homem — uma «antropolítica» — em que o patriotismo é alargado às dimensões do planeta, de modo a preservá-lo quer de uma destruição total quer de uma degradação totalitária: «Ele é — escreve Morin — a nossa casa, *maison*, *home*, *heimat*, ele é a nossa matria e, mais ainda, a nossa Terra-Pátria.» Dir-se-ia uma glosa do nosso Padre António Vieira, que também de «matria» falou — como nos nossos dias um Miguel Torga ou uma Natália Correia — e que definiu assim, num dos seus sermões arrebatados, pregado em Roma em honra de Santo António, o patriotismo universalista dos portugueses: «Para nascer, pouca terra; para morrer, toda a terra; para nascer Portugal; para morrer, o mundo.»

É dessa fidelidade à pouca terra de nascença e desse desejo de disseminação pelo largo mundo que se nutre o humanismo português, ao longo de uma história que é, nos seus momentos altos, a de uma Diáspora que se projectou das viagens marítimas até às emigrações contemporâneas. Ao primeiro termo dessa forma bipolar de estar no mundo chamou Joaquim de Carvalho sentimento «terrantês», numa conferência pronunciada no Brasil sobre a «Compleição do Patriotismo Português». Esse enraizamento no terrunho natal é o que mantém os nossos emigrantes apegados à pátria de origem, à sua região, mesmo quando se adaptam pelas vicissitudes da vida ao país de residência. A «aldeia» e o «mundo» — eis o seu universo, como mostrou António José Saraiva num dos seus penetrantes ensaios. Daí a ânsia persistente de retorno, mesmo quando não concretizada nunca, a qual é alimentada pelo sentimento tão português da Saudade — sentimento que ascende a uma visão do mundo e da vida voltada não apenas para o passado mas para o futuro, como o é aliás, na sua essência, a poética do Saudosismo, que Teixeira de Pascoaes erigiu em fundamento do que chamou *A Arte de Ser Português*.

Foi a geração da *Renascença Portuguesa*, neste século, a primeira a levantar, no limiar da República, a questão da necessidade de preservar a nossa identidade cultural, como forma de luta contra uma decadência que a geração de 70, e sobretudo Antero, tinha diagnosticado e que, segundo Pascoaes, tinha sido o triste legado da Monarquia na sua fase moribunda: «Porque a monarquia constitucional não soube ser portuguesa — escreve o poeta de *Marânus* — é que ela caiu sem nada legar a Portugal, senão os seus vícios e os seus crimes...» O republicanismo dos homens d'A *Águia* era, no entanto, ao mesmo tempo de raiz política e profundamente patriótica, na linha da herança deixada pelo 31 de Janeiro e pela Liga Patriótica do Norte, que tinham sido essencialmente levantamentos contra o «Ultimatum» inglês de 1890, como o evidenciaram um Basílio Teles e um Sampaio Bruno, precursores desse movimento cultural. No interior da *Renascença Portuguesa*, que não era homogênea mas fraternalmente plural, manifestou-se é certo uma diferença entre o sector mais propriamente saudosista, voltado para a primazia a dar à defesa de uma idiossincrasia cultural portuguesa, traduzida nesse mito poético, e um sector que hoje diríamos europeizante, representado por Raul Proença e António Sérgio, que mais tarde fundariam a *Seara Nova*, já quase no final da Primeira República. Mas, longe de serem inconciliáveis, esses dois sectores eram, afinal, como com razão sustenta Agostinho da Silva, complementares: pois não reconheceu Pascoaes que o Saudosismo não era «nada incompatível com o moderno espírito europeu, mas antes acompanhando-o, embora sem perder o seu perfil inconfundível?» Proença era, entretanto, mais preciso, ao defender a necessidade vital de um equilíbrio entre o patriotismo e a abertura de Portugal ao exterior, em particular à Europa: «Pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá de fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual sem perder nunca, já se sabe, o ponto de vista nacional» — tal era o programa que ele propunha à *Renascença Portuguesa* e que depois na *Seara Nova* prosseguiu, ao lado de algumas figuras provenientes daquela, como Jaime Cortesão.

Nesta complementaridade, que podemos considerar paradigmática, de duas atitudes em última instância convergentes face à questão da identidade cultural, se inscreve toda a distância que separa essa geração do nacionalismo ideológico pela mesma época emergente no chamado «Inte-

gralismo Lusitano» — bem pouco lusitano, de resto, na sua cepa importada —, que mais tarde desembocará no nacionalismo do «Estado Novo», sob a batuta da *Realpolitik* salazarista. Desse nacionalismo fechado e estreito ao patriotismo aberto, que várias gerações democráticas defenderam contra a ditadura da «União Nacional» encarnada pelo seu chefe, a história deu mais recentemente conta. É certo que, como afirma Eduardo Lourenço, a fronteira entre o patriotismo e o nacionalismo é por vezes «muito ligeira e muito subtil», entre nós, desde o Liberalismo. Mas é possível e necessário, cultural e ideologicamente, distingui-los, tendo em conta as suas motivações profundas, que no caso português se rastreiam ao longo de um percurso onde alternam a afirmação de um ensimesmamento nacional e a busca de uma identidade na relação com a alteridade. E só esta funda, pensamos nós, uma identidade autêntica, até no seu princípio lógico, como o mostrou Heidegger.

É num outro abencerragem da *Renascença Portuguesa*, depois dela dissidente, para se lançar no modernismo do *Orfeu*, que encontramos o melhor exemplo dessa destriça essencial entre o nacionalismo e o patriotismo universalista. Referimo-nos, claro está, a Fernando Pessoa, que tem erradamente sido identificado com o primeiro, quando dele se separa irremediavelmente. Tendo, na verdade, começado por «coincidir» com as posições de Pascoaes acerca do que este pensava ser o «futuro da civilização lusitana» e defendendo, nesse horizonte, o carácter «absolutamente nacional» da nova poesia portuguesa, que analisou n'*A Águia*, profetizando a partir dela uma «Nova Renascença», de que adviria um «Supra-Camões», poeta máximo do «Supra-Portugal de amanhã», Pessoa viria a ser igualmente, como se sabe, com os seus companheiros, o arauto de uma Europa que visionou como culturalmente ecuménica, sem deixar de manter viva, como fazia questão de afirmar, a «ideia patriótica». Ao reclamar-se, porém, ambigualmente, de um «nacionalismo místico», ele abriu o caminho a uma recuperação superveniente da sua *Mensagem* — único livro em Português publicado em vida — por um nacionalismo que, esse, nada tinha de «místico», sendo declaradamente político. E, no entanto, tal obra, na sua estrutura e na sua intencionalidade esotérica e messiânica, é exactamente o oposto de qualquer nacionalismo ideológico, como o mostram muitos dos seus

poemas. E nomeadamente quando Pessoa dá da «nação» uma definição poética que é, entre todas, a provada do seu patriotismo universalista:

«As nações todas são mistérios.

Cada uma é todo o mundo a sós.»

Haverá acaso uma formulação mais ecuménica do que é a essência das «nações», identificadas com o mundo todo? Ela encontra-se, aliás, nos dois primeiros versos de um poema dedicado a D. Tareja, sendo significativo que as variantes do fecho do mesmo poema — como revela a edição crítica da *Mensagem* — mostrem como Pessoa inverteu curiosamente a filiação histórica: «Sê filha de quem foste mãe», assim interpela o poeta a mãe do primeiro rei de Portugal, que só como *pater* assume a condição de fundador de uma pátria, a partir de uma matéria, universalizando-a.

Mas há inúmeros outros textos em que o poeta dos heterónimos faz uma profissão de fé ao mesmo tempo patriótica e antinacionalista. Não chega ele a afirmar que «o nacionalismo é antiportuguês»? E não vai mesmo ao ponto de contrapor ao célebre *slogan* de Salazar «Tudo pela Nação, nada contra a Nação», estoutro que está nos seus antípodas: «Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação»? Para Pessoa, com efeito, a Nação presente é o caminho para a «Super-Nação» futura: justamente o «Supra-Portugal de amanhã», com o seu «Supra-Camões», que tinha profetizado n'A *Águia*. E não se lia já em Camões a prefiguração do Portugal da *Mensagem*, como olhar esfíngico de uma Europa universal, quando o Épico, n'Os *Lusíadas*, fala do «reino lusitano» como «quase cume da Europa toda», uma Europa que os portugueses levaram do Ocidente ao Oriente, traçando a rota do pessoano «futuro do passado»?

Se assim exemplificámos, através de uma geração-charneira deste nosso século, a trama complexa de que se tece a consciência patriótica universalista nos mais altos espíritos da nossa literatura e da nossa cultura, foi para mostrar que ela é a expressão elaborada de uma questão fundamental que atravessa a formação da nossa identidade nacional, tendo impressionado alguns dos melhores observadores estrangeiros do «carácter» dos portugueses, de Unamuno a Keyserling, como já mostrámos num seminário do Instituto da Defesa Nacional.

Mas se quisermos vir até à actualidade, para surpreendermos a forma como os nossos escritores e intelectuais, já não do início e sim do fim deste século, enfrentam a questão do patriotismo e do nacionalismo, poderemos

cotejar, por exemplo, a forma como após o 25 de Abril os discursos pronunciados no «Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas» abordaram essa problemática. É um *corpus* bem representativo: de Jorge de Sena a David Mourão-Ferreira, de Fernando Namora a Vergílio Ferreira ou a Agustina Bessa-Luís, de Vitorino Magalhães Godinho a Eduardo Lourenço — poetas e romancistas, ensaístas e historiadores —, todos buscam delinear o patriotismo que o Épico, símbolo por excelência da Pátria, viveu e exprimiu ⁽¹⁾.

É Jorge de Sena, sem dúvida, quem melhor o apreende, não só por ser um dos seus estudiosos mais apaixonados mas por com ele, como português errante, quase visceralmente se identificar. Ao traçar o retrato da figura camoniana, é justamente a fusão do seu patriotismo e do seu universalismo que põe em evidência, numa síntese modelar: «Ele, o homem universal por excelência, o português estrangeirado e esquecido na distância, o emigrante e o exilado, é em *Os Lusíadas* e a sua obra inteira tão intenso e tão grande, a medida do mais universal dos Portugueses e do mais português dos homens do Universo.» Repare-se bem: Sena acaba, através de Camões, por identificar Portugal com a própria Humanidade; «Ninguém, como ele desejou representar em si mesmo a Humanidade, representa tão exactamente o próprio Portugal como ele, no que Portugal possui de mais fulgurante, de mais nobre, de mais humano, de mais de tudo e de todos, de todos os tempos e lugares.» Esta visão da ubiquidade e a intertemporalidade da pátria, em que Jorge de Sena se revê a si mesmo, como se adivinha, é bem do «humanismo universalista» dos portugueses, tal como Jaime Cortesão o definiu.

Os outros discursos vão, sob diferentes formas, essencialmente no mesmo sentido, mesmo se cada um dos seus sujeitos neles projecta a sua própria idiossincrasia. Camões é, com efeito, como David Mourão-Ferreira o põe em evidência, um «poeta plural», que faz apelo a diversas leituras, a começar pelas da relação entre o poeta e o mundo, no qual foi «em pedaços repartido», como os portugueses, através de várias pessoas poéticas. Estas são, para David Mourão-Ferreira, uma antecipação dos heterónimos pessoanos, ao ponto de o orador, invertendo o mito do Supra-Camões, falar de Camões como um «Supra-Pessoa» em potência. Fernando Namora, quanto a ele, recorre a Dostoievski para definir a nação camoniana como não sendo nada

⁽¹⁾ *Camões e a Identidade Nacional*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983.

mais do que a «pessoa do povo», vindo na «gesta lusa», sobretudo, um «ecumenismo em acção». «Por outras palavras — escreve ele —: não fizemos apenas a nossa história; fomos dos povos que fizemos também a história do mundo.» Vergílio Ferreira, pelo seu lado, propende a dar-nos uma imagem do patriotismo errante de Pessoa como sendo ao mesmo tempo enraizado na pátria originária — o «pátrio ninho» — e meditado entre a «estrangeira gente», a «estranha usança», num desgarramento permanente. Já Agustina Bessa-Luís, que prefere o Camões lírico ao épico, vai até minimizar a sua relação com a «Nação-Estado», alegando, aliás, que «somos um povo que sempre quis viver aproximado ao estado de natureza, e sempre quis evitar o estado de guerra». No seu radicalismo antinacionalista, ela chega de resto a afirmar: «O Estado-Nação e o Estado-Continente começam a tornar-se aberrantes.» O que é, sem dúvida, mais uma das suas fórmulas de provocação paradoxal...

Eduardo Lourenço, quanto a ele, demarcando o «mito nacional» camoniano de um «nacionalismo cego», que é «fonte de irrealismo histórico e de esquizofrenia ideológica e cultural», vê n'Os *Lusiadas* o «Texto nacional por excelência», pois se insere na história do «tempo» e do «mundo», que o poeta se queixou de lhe terem faltado. Por isso, afirma Lourenço, não o podemos colocar na «prateleira da História», já que «é ele mesmo História». Leitura histórica, sim, mas com os pés assentes na terra, como é próprio do historiador rigoroso, é a que faz Vitorino Magalhães Godinho do patriotismo de Camões, para quem «Portugal não é um só», mas múltiplo, tal como se manifesta tanto n'Os *Lusiadas* do Épico como, por exemplo, na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto ou no *Soldado Prático* de Diogo do Couto, onde o carácter ao mesmo tempo inteiriço e diversificado dos portugueses se patenteia, fazendo com que se mantenham patriotas mesmo quando põem em causa o Estado, que muitas vezes os abandona. Como Jaime Cortesão, Godinho, nos seus estudos sobre os Descobrimentos, problematiza sempre o etnocentrismo de certas visões do patriotismo português, mostrando como este se abriu a uma universalidade civilizacional, em que os portugueses se fizeram outros sem deixarem de ser eles mesmos: assim foi na África, no Brasil, no Oriente, onde a mestiçagem, a miscigenação antropológica e cultural, permitiram o cruzamento de civilizações múltiplas. Portugal foi o pioneiro do que hoje se chama o interculturalismo, praticando-o antes de outros o virem a teorizar. Um dos elementos essenciais da comunicação com outros povos foi para os portugueses a

língua, que, sendo a sua pátria matricial, tal como a assumiu Pessoa, se tornou uma «pátria de várias pátrias», para usar a feliz expressão do nosso Presidente da República. Nas suas variedades, nos seus crioulos e nas suas formas de papiamento, a «portuguesa língua» de António Ferreira, cultor de um patriotismo linguístico mas também de um humanismo universal, foi um meio privilegiado de relação como «língua franca»; entre povos do mundo inteiro.

Cingimo-nos aqui a referências provindas dos meios literários e culturais mais marcantes, em que se repercute com especial acuidade a problemática nacional. Mas poderíamos citar, como exemplo dessa visão universalista do patriotismo português, alguns dos maiores estadistas do nosso tempo, como Francisco Sá Carneiro, que defendeu sempre, com uma lucidez e uma sensibilidade apuradas, que a nação portuguesa era uma pátria de comunidades, superando uma concepção meramente territorialista da nação, para a encarar como um todo disperso pelo mundo, no seu elemento fundamental: o elemento humano, que é o princípio e o fim de toda e qualquer política que se queira humanista, e portanto universalista, sendo do mesmo passo patriótica. E sem um patriotismo são, equilibrado e aberto não pode haver uma política nacional que se sustente, como afirmava também Carlos da Mota Pinto, que à Defesa Nacional consagrou, como governante, as mais empenhadas preocupações. Com ele pudemos, como Ministro da Educação, repor nas escolas, como ele fez no serviço militar, o culto da bandeira e do hino nacional, símbolos da nossa pátria e da nossa presença no mundo.

Uma das tarefas que mais se impõe, como um imperativo cívico, aos responsáveis da vida pública nacional, é a de ganharem consciência de que, desde a família à escola, desde a vida profissional à vida social e política, é essencial formar as jovens gerações no quadro dos grandes valores nacionais e universais da nossa civilização e da nossa cultura, não deixando descaracterizar, por cedência à facilidade (ou dificuldade?) dos tempos, a personalidade dos futuros cidadãos, que têm de continuar a construir o nosso país, de geração em geração, pelo seu saber, o seu trabalho, o seu espírito de serviço e de solidariedade.

O Instituto da Defesa Nacional tem dado para esses altos objectivos um contributo precioso, não descurando nunca nos seus programas esta temática, como temos podido testemunhar nos seus cursos anuais. Mas não se

ficou por aí. E porque esta questão é vital para o futuro do País, o Instituto procurou proceder a uma investigação rigorosa, mandando realizar, em 1988, um inquérito sociológico sobre «o nacionalismo e o patriotismo na sociedade portuguesa actual», que foi cometido ao Instituto de Ciências Sociais e cujos resultados, comentados por especialistas e introduzidos por personalidades relevantes da nossa vida intelectual, foram publicados em edição da revista *Nação e Defesa* ⁽²⁾. Mesmo se esse inquérito se centrou apenas na população do continente e ilhas, com uma amostragem de 1800 pessoas, das quais 300 dos Açores e Madeira, não se estendendo às comunidades migratórias, ele foi revelador de algumas questões que não se podem iludir, a partir da análise às respostas dadas, qualquer que seja o grau de ambiguidade da formulação das perguntas. Que a grande maioria dos inquiridos (63%) tenha preferido a referência a Portugal como «País» («este país», diziam há uns 20 anos certos mentores ideológicos...) à de «Pátria» e de «Nação» (respectivamente 21% e 9%, ficando a referência ao «Estado» nos 4%), é algo de sintomático, e tanto mais quanto essa preferência cresce à medida que a idade decresce e que os inquiridos pertencem às classes mais elevadas e instruídas. Em compensação, mais de metade dos inquiridos, sobretudo idosos e das classes baixas, identifica-se mais com a região de nascença, só 18% se sentindo em primeiro lugar membros do «País», e sendo baixíssimas as percentagens dos que dão primazia à Europa ou ao Mundo (1,7% e 3,9%), situando-se nas camadas mais elevadas e cultas.

Com toda a falibilidade possível dos inquéritos de opinião, temos aí uma indicação clara de que, no Portugal de hoje, sobretudo entre a juventude, apesar da identidade nacional no sentido amplo não estar em causa, ela se dilui na sua formulação e portanto na consciência das populações. Quanto à pertença de Portugal à Europa e ao Mundo, falta evidentemente o universo dos emigrantes para que o inquérito seja significativo.

Não podemos entrar aqui em detalhes sobre os factores políticos, sociais ou religiosos que estão por detrás das respostas. Mas uma análise genérica suscita-nos algumas reflexões e preocupações. Se, como vimos, nos grandes espíritos deste século a convergência do patriotismo e do universalismo é

⁽²⁾ *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 1990.

patente, ela não encontra, pelos vistos, eco nas camadas mais jovens e aparentemente mais instruídas, mesmo se no povo em geral pode estar latente. O que significa que a educação cívica — se é que existe — falhou. Num estudo preliminar a esse inquérito, António Quadros afirma que é nas chamadas «elites» — as que dirigem política e intelectualmente o país — que a descaracterização do sentimento patriótico é maior. Só que, quanto a nós, pomos em dúvida se se trata de verdadeiras «elites», ou apenas de estratos promovidos social ou geracionalmente, sem uma correspondente consciência cultural, que foi a que sempre faleceu em Portugal às classes médias, desde o Liberalismo à República, com a consequente fragilidade da nossa democracia, que ainda hoje persiste. Estamos pois apenas em parte de acordo com António Quadros, quando este afirma que «só de elites profundamente renovadas surgirá um dia, se não for demasiado tarde, o movimento regenerador por que anseia patentemente a maioria dos portugueses, o povo português». Pensamos, quanto a nós, que há-de ser de uma educação cívica generalizada e conjugada das elites e do povo, através das instituições públicas e privadas — espirituais, culturais, sociais — que, mais do que uma regeneração, advirá uma Nova Renascença em Portugal, enquanto comunidade nacional aberta à comunidade europeia e à comunidade universal, preservando os portugueses a sua identidade na medida em que reconheçam as alteridades civilizacionais.

Como escreve Eduardo Lourenço na sua introdução ao inquérito do Instituto da Defesa Nacional, «em última análise o que separa o *patriotismo* — apego à terra natal, defesa da sua autonomia e luta para que seja o melhor que possa ser enquanto destino colectivo — do *nacionalismo*, e sobretudo de um nacionalismo sem fundamento em qualquer ameaça à nossa identidade, é o *ressentimento*». A esse ressentimento face a qualquer outro povo, que acaba por voltar-se contra nós mesmos, haveremos de opor, positivamente, o nosso patriotismo universalista, que é fundado, para retomar a tese célebre de Max Scheler, não no «homem de ressentimento», mas no «homem cristão»: católico, na acepção exacta do termo, isto é, universal.

Houve entre nós uma voz eminentemente católica que, tanto nos tempos da ditadura como nos da ameaça de um novo totalitarismo, se ergueu em defesa do patriotismo universalista dos portugueses. Foi a voz de D. António, Bispo do Porto, que, já em 1958, numa conferência feita em Coimbra, afirmava: «Opor nação e humanidade, nacionalismo e humanismo, seria, além de incompreensão, a maior das imprudências. Certamente venceria aquilo que

tem direito a vencer: o universal.» Desse universal cada português, em Portugal e no Mundo, dá testemunho, com o seu amor à terra de nascença e à humanidade.

«Assumir a nossa cidadania terrestre é assumir a nossa comunidade de destino», escreve Edgar Morin. Essa comunidade de destino é a que nos faz sempre pertencer a uma pátria, seja ela nacional ou universal.

Augusto Seabra